

6^{to}

Congreso
Latinoamericano de
CIENCIA POLÍTICA

12, 13 y 14 de junio de 2012
FLACSO Sede Ecuador



FLACSO
ECUADOR

alacip

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA CIENCIA POLÍTICA

VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA
ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE CIENCIA POLÍTICA (ALACIP)
QUITO, 12 AL 14 DE JUNIO DE 2012

ÁREA TEMÁTICA - PARTICIPACIÓN, REPRESENTACIÓN Y ACTORES
SOCIALES

**A representação política do Partido dos Trabalhadores:
movimentos sociais e atuação parlamentar no início do século XXI**

Cláudio André de Souza –
Universidade Federal da Bahia (UFBA)¹

clandresouza@gmail.com

¹ Cientista político, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA. *Currículo Lattes*: <<http://lattes.cnpq.br/2803014533068287>>.

RESUMO

O tema da representação política tornou-se significativo no conjunto de estudos sobre o PT, sobretudo, a relação do partido com os movimentos sociais. Este trabalho analisa as resoluções partidárias sobre: a) a relação com os "representados"; b) "modo petista" de atuação parlamentar; c) concepção de representação política. Além das resoluções, este trabalho discute em que medida o PT representa os movimentos sociais e demais atores políticos relevantes desde a sua fundação. Tais questões apoiam-se em dados empíricos relativos a atuação parlamentar dos vereadores petistas na cidade de Salvador entre os anos de 2005 e 2010, buscando compreender quem o PT está a representar, diante de mudanças substanciais na vida do partido.

palavras-chave: partido dos trabalhadores; representação; atuação parlamentar.

INTRODUÇÃO

O debate acerca da representação política tem obtido importância significativa nos últimos anos, resultando na pluralidade de pesquisas sobre a democracia – a se concentrar no desempenho eleitoral, partidos políticos e, sobretudo, na relação entre representante e representado. Além disso, um número considerável de trabalhos analisaram as causas e consequências da crise de representação presente em grande parte das democracias contemporâneas.

A representação política enquanto instituto característico ao projeto democrático moderno define-se como o ato de “tornar presente algo que, no entanto, não está literalmente presente” (PITKIN, 2006). O ato da representação, isto é, “ser representado significa ser feito presente em algum sentido, enquanto não estando presente literalmente ou plenamente de fato” (PITKIN, 1967, p. 153 *apud* FERES JÚNIOR & POGREBINSCHI, 2010, p. 139). A presença do representante justifica-se pela ausência do representado na medida em que a ausência do representado se valida diante da presença do representante.

A “presença da ausência”, desse modo, torna a representação a presença conformada por meio do representante. Essa acepção está presente em ambos os modelos de representação política, ou seja, a representação de caráter republicano (mandato livre) e a representação de tipo liberal (mandato vinculado). Ao liberalismo vincula-se a perspectiva normativa do governo representativo, pilar da democracia moderna. Os *Federalistas*² contrapunham a democracia direta dos antigos e das cidades medievais à democracia representativa, que para Bobbio (1988) caracteriza-se como “aquela forma de governo em que o povo não toma ele mesmo as decisões que lhe dizem respeito, mas elege seus próprios representantes, que devem por ele decidir” (p.34).

O tema da representação política é aproximado nessa pesquisa ao caso empírico do Partido dos Trabalhadores (PT), que manteve nas primeiras décadas fortes vínculos com os movimentos sociais amplamente ativos na sociedade civil, sendo este vínculo questionável após a “virada institucional” do partido em 2002, após conquistar a vitória

² Cf. obra original A. Hamilton, J. Jay e J. Madison, *The Federalist* (1788).

presidencial em conjunto com a significativa presença do partido no legislativo e em governos locais.

Esse artigo, resultante de pesquisa em nível de mestrado, visa compreender a relação entre o PT e os movimentos sociais através da esfera parlamentar na cidade de Salvador (2005-2010)³. Também busca-se entender a representação política do PT nos dias atuais, explorando em sentido comparativo as três décadas de relação do partido com os movimentos sociais em âmbito parlamentar. A metodologia qualitativa e quantitativa combinou a análise dos documentos do PT - resoluções oficiais de encontros e congressos entre 1980 a 2008 – com a análise das práticas parlamentares no tocante as seguintes fontes de produção legislativa: projetos de lei, sessões especiais e pronunciamentos.

A teoria democrática contemporânea tem se esforçado no sentido de problematizar as democracias atuais, em especial, os modos de representação política, que se assemelham em níveis baixos de confiança e preferência partidária, alastrando nos cidadãos o sentimento de que não são representados (MANIN, 1998). Os limites atuais da representação política vivificam o debate acerca do tipo de mandato e controle dos representantes por parte dos representados.

Em relação ao PT, objetiva-se, em suma, entender se o partido ainda possui fortes vínculos com seus representados e, nesse sentido, se ainda são os mesmos atores políticos mobilizados nas duas primeiras décadas. Cabe entender, portanto, em que medida é possível aproximar o fenômeno representativo do PT as questões suscitadas pela teoria democrática contemporânea, no que se refere a produção de uma representação democrática baseada em maior vínculo entre representante e representado (ARAUJO, 2006; MIGUEL, 2003; 2005; 2010; NOGUEIRA, 2008; URBINATI, 2006; YOUNG, 2006; et al.).

O artigo estrutura-se em três partes: a primeira discute o conceito de representação política conforme as acepções modernas e contemporâneas, em relação aos modos de representação e ambos os tipos de mandato: o modelo liberal e republicano. Na segunda parte, apresenta-se a análise das resoluções oficiais do PT produzidas entre 1980 e 2008. Busca-se com essa análise das resoluções de encontro e congresso compreender o conceito do partido, no que se refere a representação e atuação parlamentar, isto é, a relação entre representante e sociedade civil. Por fim, na última parte apresentamos parcialmente os resultados da pesquisa empírica de atuação parlamentar do PT em Salvador nas duas últimas legislaturas. Nas considerações finais apresenta-se uma revisão de literatura ancorada em pesquisas que tem abordado a organização e atuação do PT, principalmente, após a chegada à presidência, que significou um aprofundamento da tática de flexibilização de alianças e estabelecimento de coalizões amplas de governo (centro e direita).

³ Esse período compreende as duas legislaturas subsequentes a posse presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. A escolha da cidade do Salvador partiu de dois critérios de relevância, a do partido na seara institucional desde a sua fundação, bem como ao protagonismo de atores políticos em variados segmentos sociais organizados (juventude, sindicatos, “novos movimentos sociais”, associações de bairro, etc.). A atuação do PT em nível municipal coincidiu com a participação nos movimentos sociais. A primeira vereadora eleita pelo PT na década de 1980 foi a Professora Geracina Aguiar vinculada ao movimento sindical dos trabalhadores em educação.

DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

O conceito de representação – o de trazer à presença algo que se faz ausente – convive com o paradoxo entre o ato de tornar algo presente, seja concebida como *standing for*, nas suas acepções marcadas descritiva e simbolicamente, ou como *acting for*, ou seja, a representação concebida pela idéia de autorização com o intuito de “tornar o representado presente”. Seja na arte, que a representação é entendida enquanto *standing for* tornando presente algo ausente pelo reflexo ou semelhança; ou na política, que a representação enquanto *acting for* torna o ausente presente na ação do representante quando este age pelo representado como se o próprio estivesse agindo, podemos entender que tornar um ausente presente significa que algo não está presente. Tal paradoxo revela, decerto, uma simultaneidade entre a presença e a ausência no processo de representação.

Historicamente, a representação tem como marco inicial o fim da Idade Média, pois

nesta época a prática da representação caracterizava-se pelo seu caráter privatístico: os mandatários eram delegados de um burgo, comunidade ou estrato específico da população. Não eram dados poderes de decisão ao mandatário; as decisões deviam ter a aprovação expressa dos mandantes, e portanto deviam ser decididas previamente entre eles, sem o que o mandatário poderia ser destituído desta condição. Deste modo, o representante não tinha nenhum poder de ação autônoma, era apenas o orador indicado para expor as reivindicações de seu burgo, corporação, cidade ou classe social. Foi na segunda metade do século XVIII – na França com a constituição de 1791 e na Inglaterra por obra de um parlamentar conservador, Edmund Burke – que esta noção de mandato imperativo foi questionada (KINZO, 1980, p. 30-1).

Para Manin (1998) o mecanismo da representação política associou-se ao estabelecimento de um princípio de distinção, sendo que o governo representativo “foi instituído com a plena consciência de que os representantes eleitos seriam e deveriam ser cidadãos proeminentes e socialmente diferenciados daqueles que os elegeram (...) a isso chamaremos de ‘princípio de distinção’” (p. 94).

A relação do representante com os representados através do mandato encarna dois possíveis modos de representação e ambas discutidas por Schmitt (apud LEYDET, 2004): em primeiro lugar, o viés republicano, fundado numa comunidade que confere legitimidade a uma unidade política capaz de interferir nas atividades privadas, objetivando a igualdade e “corrigindo” os interesses particulares cristalizados numa sociedade civil que antecede a criação da comunidade política.

O modelo republicano cristaliza-se mediante a forma de mandato livre, sem obrigações e instruções a serem estabelecidas ao comportamento dos representantes. Ao contrário do segundo modelo, o de cunho liberal e referente a um mandato vinculado com instruções institucionais estabelecidas e um relacionamento voltado para o atendimento de demandas particulares dos eleitores. O representante neste modelo cumpriria o papel de um advogado (*advocate*) que age em substituição ao outro, mas com delimitações explícitas do que o mesmo deve representar (LEYDET, 2004). Para a autora, ambos os modelos apresentam desvantagens. Os limites da forma republicana, segundo a autora, é que

essa posição de ‘sobrevôo’ que o modelo republicano confere ao Estado (retomo essa expressão de Spitz e Gauchet), seu estatuto de criador dos direitos dos cidadãos, não deixa espaço para um contrapoder legítimo capaz de contestar a utilização eventualmente abusiva desse poder (p.76-77).

A opção mais próxima a perspectiva da autora resume-se a um equilíbrio entre os dois modelos, uma vez que o modelo liberal apresenta desvantagens enquanto

uma concepção bastante fraca do autogoverno, enquadrado, limitado, que é pela existência de uma sociedade civil que lhe preexiste e que ele deve respeitar; limitado também pela inclusão dos direitos individuais numa constituição diante da qual os parlamentos devem se inclinar (p. 77).

O conceito de representação revela diversos enfoques analíticos (KINZO, 1980). A representação possibilita o significado de *autoridade*. Hobbes oferece a noção de que tendo um homem o direito de executar uma ação, ou seja, a propriedade da ação (o que ele define como “autor”), ele pode executá-la ou pode autorizar alguém a fazê-la por ele. A pessoa que age em nome de quem lhe passou o direito – o “ator” – detém autoridade, portanto, agir pelo “autor” da ação.

A segunda dimensão analítica presente no conceito de representação é a noção *simbólica e descritiva*, isto é, tornar presente alguma coisa que de fato se encontra ausente, refletindo tais caracteres do ausente da ação. A representação no sentido descritivo valoriza a correspondência de características entre o corpo representativo e o de representado.

Por fim, a representação como *atividade* explicita duas perspectivas de acordo com Kinzo (1980):

1. Como é e como se dá a atividade representativa, ou seja, qual é o papel de um representante num corpo legislativo. A discussão desta questão tem sido marcada pela controvérsia entre livre mandato ou representação independente versus mandato imperativo ou representação mandatária, delegada. 2. O que orienta a atividade de um representante. Uma vez que uma atividade não se conduz no vácuo, falar de atividade de um representante implica levantar a questão da natureza dos interesses e/ou desejos, como eles são concebidos, de forma a nortear o ato de representar (p. 29).

O debate de Bobbio (2003) sobre a *representação política* – vocalizada pela busca de um interesse geral e com representantes independentes – e a *representação de interesses* particulares com mandatos vinculados a grupos organizados, vale ressaltar, não se restringe a teoria liberal. Na análise marxiana em torno da relação do Estado com a sociedade, os mandatos com vínculo entre representante e representado são reconhecidos como uma “representação propriamente dita”, mais tarde vivificada na Comuna de Paris e nos países socialistas do século XX.

A representação vislumbra o dilema de interesses entre o representante, que será eleito com um mandato livre (visará a representação de interesses comuns) ou imperativo (vinculação a interesses particulares). De maneira alguma, a vinculação do mandato

estabelece um “retorno” do representado. De qualquer modo, a representação adquire o sentido de substituição física dos cidadãos por um representante capaz de agregar modos de representação situados em opiniões, interesses e perspectivas sociais do representado (YOUNG, 2006).

O debate da representação para a teoria política contemporânea tem mantido relevância em pelo menos duas dimensões: a) como os representantes devem ser escolhidos, a qual engendra discussões sobre sistemas de governo, sistemas eleitorais e sistemas partidários; b) como os representantes, uma vez escolhidos, devem se comportar, a qual enseja estudos sobre o comportamento dos atores políticos e sobre o funcionamento das instituições políticas (FERES JÚNIOR & POGREBINSCHI, 2010, p. 138).

Os esforços empreendidos atualmente pela teoria democrática tem se apoiado em uma redefinição conceitual da representação política. Pesquisas empíricas e proposições normativas atestam o fato que “as eleições ‘engendram’ a representação, mas não ‘engendram’ os representantes” (URBINATI, 2006, p. 193). Nesse sentido, diversas agendas de pesquisa coincidem com a preocupação em tornar o representante mais suscetível às vontades dos governados em termos de *responsividade* (MIGUEL, 2005) e visam superar, sobretudo, a antiga oposição binária entre participação e representação em termos de tornar a segunda “virtuada” pela primeira. Ao contrário, o objetivo seria tornar a representação mais “representativa”, adotando mecanismos de aproximação entre representantes e representados e a revalorização do papel dos partidos políticos nesta seara (ARATO, 2002; MIGUEL, 2003; URBINATI, 2006; YOUNG, 2006).

Para alguns autores a presença de setores da sociedade civil é precípua para a consecução de mandatos parlamentares mais vinculados com a sociedade, na medida em que a representação atribui uma dinâmica de circularidade entre as instituições estatais e as práticas sociais, tratando-se de uma relação entre Estado e sociedade civil marcada pela circularidade entre ambos, de transformação do social em político (HOCHSTETLER & FRIEDMAN, 2008; LAVALLE & CASTELLO, 2008; NOGUEIRA, 1998; URBINATI, 2006).

Por muito tempo a representação foi entendida como a separação e a superioridade do representante sobre o representado por princípios de distinção (MANIN, 1998). A representação seria um ato de substituição do eleitor por alguém que seja em si igual a este, mas em posição mais favorável para defender os interesses da nação. Independente da questão da superioridade, Young (2006) problematiza a representação afirmando

que há uma diferença, uma separação entre o representante e os representados. Evidentemente, nenhuma pessoa pode pôr-se por (*stand for*) e falar como uma pluralidade de pessoas. A função do representante de *falar por* não deve ser confundida com um requisito identitário de que o representante *fale como* os eleitores falariam, tentando estar presentes por eles na sua ausência (...) o representante inevitavelmente irá se afastar dos eleitores, mas também deve estar de alguma forma conectado a eles, assim como os eleitores devem estar conectados entre si (YOUNG, 2006, p. 149).

Dentre a perspectiva liberal e republicana, ambas não excluem o fato da representação projetar um determinado controle e vínculo entre representante e representado. Em outras palavras, vínculos pressupõem participação ativa da sociedade civil. Urbinati

(2006) - convicta que o problema da representação política consiste no seu déficit de democracia⁴ - analisa tipos e aspectos de relacionamento entre cidadãos e representantes: uma representação democrática deve, sobretudo,

ativar uma variedade de formas de controle e supervisão dos cidadãos [...] a democracia representativa é uma forma de governo original, que não é idêntica à democracia eleitoral [...] a soberania popular, entendida como um princípio regulador “*como se*” guiando a ação e o juízo político dos cidadãos, é um motor central para a democratização da representação (p.191).

A autora confere ao representado a liberdade (e legitimidade) de se fazer presente durante o mandato, sendo interessante a participação deles, ratificando o que ela vem a nomear de *poder negativo*, tendo consciência que

não é novidade dizer que embora os procedimentos possam conter a desordem social, sua eficácia é amplamente dependente de fatores éticos ou culturais. Isso é verdadeiro particularmente no caso da representação, pois o mandato que amarra o(a) representante à sua consciência é essencialmente voluntário; não é legalmente vinculativo. (p. 216).

Para Urbinati, a concepção política de representação tende à “adesão”, isto é, a representatividade. Esta idéia – original do termo *representativity* – indicaria mais do que uma mera adesão do representante às segmentações sociais. Em verdade, para a autora a representatividade, ao lado do conceito de defesa (*advocacy*), seria um dos aspectos irreduzíveis que caracterizariam uma representação como democrática. Ela induziria relações políticas (e não meramente jurídicas) de controle e responsabilidade, confirmando a representação como um processo circular entre as instituições estatais e as práticas sociais, possibilitando que a mesma seja encarada como um modo de participação política (URBINATI, 2006, pp. 44-52).

Neste íterim, a questão da representação política não exclui faixas mínimas de participação para além das urnas. Nogueira (2008) admite essa possibilidade partindo do pressuposto que

a representação não exclui que os indivíduos, os grupos, as associações, participem diretamente da vida pública, tanto no sentido de eleger bons representantes e de fiscalizá-los quanto no sentido de exercer pressão e controlar o poder do Estado, quanto enfim no sentido de agir para organizar melhor a comunidade (p. 115).

No que concerne ao poder democrático, pode-se dar relevo tanto à participação quanto à representação, uma vez que

⁴ Urbinati tem sido considerada uma das mais importantes autoras que visa refletir os desafios e possibilidades da representação política. Para Feres Júnior & Pogrebinschi (2010) “a representação pertence à história e à prática da democratização e que tão importante quanto repensar o conceito de representação é pensar um conceito de representação democrática. O que está em jogo, portanto, é indagar as condições por meio das quais a representação pode ser (e pode vir a se tornar ainda mais) democrática” (p. 141).

numa situação democrática, todos participam e se fazem representar. Os representantes mantêm vínculos fortes com os representados. Representam-nos politicamente e por isso têm autonomia para decidir, mas não se descolam deles, nem viram as costas para eles. (p. 116)

Já os representados, por sua vez,

escolhem representantes e o fiscalizam, mas agem para interferir diretamente em todo o circuito da tomada de decisões. Fazem isso mediante pressões e negociações, bem como mediante atos de contestação das ordens e dos comandos e mediante ações práticas de proposição positiva, destinadas a equacionar e resolver problemas [...] a política democrática não pode ser concebida sem participação, representação e institucionalização, tanto quanto de uma idéia de limitação e regulamentação do poder coercitivo. Só temos como admitir um Estado soberano (isto é, livre e responsável perante seus súditos e diante dos demais Estados) se admitirmos a presença de um povo soberano (isto é, capaz de se autodeterminar) (p. 116).

Os “déficits” de democracia nas sociedades contemporâneas estão interligados a falta de subsídio institucional que normatize o relacionamento entre representante e representado. A atuação do representante tem um caráter voluntário em relação ao que quer e pensa o representado, mantendo-se como controle apenas a (re) autorização – o voto – caso o representante se candidate novamente.

Embora os representantes persigam a satisfação de suas bases, não se observa uma inclinação dos eleitos para estabelecer uma relação de fiscalização e prestação de contas, o que é considerável afirmar sob a égide analítica, a pertinência de uma dupla- crise da representação (LEYDET, 2004), afetando os dois modelos em questão: um de caráter particular da sociedade, ligado a uma visão individualista (liberal) e uma organicista, um todo (comunidade política) precedendo as partes (republicano). A crise da representação traduz-se

no sentido eminente, mas também crise da representação-mandato, na medida em que a radicalização da exigência de presença/de identidade, de que é portadora a democracia contemporânea, conduz ao questionamento da capacidade dos parlamentos para assegurar adequadamente essa segunda forma de representatividade. (p.81)

Semelhante a tais questionamentos, Miguel (2005) reconhece a representação como necessária aos modos de vida social e política de um tempo, sendo que

nossos estados são muito extensos para que todos reúnam-se e muito populosos para que se possa imaginar um diálogo que incorpore cada um de seus cidadãos. As questões políticas são complexas demais para que dispensemos a especialização dos governantes, e, por sua vez, os afazeres privados absorvem demais cada um de nós, reduzindo ao mínimo o tempo para a participação política. (p.26)

Além da ausência da grande parte da população no cotidiano da política formal, a democracia representativa apresenta um conjunto de problemas ligados a três aspectos:

- (1) a separação entre governantes e governados, isto é, o fato de que as decisões políticas são tomadas de fato por um pequeno grupo e não pela massa dos que serão submetidos a elas;
- (2) a formação de uma elite política distanciada da massa da população, como consequência da especialização funcional acima mencionada. O “princípio da rotação”, crucial nas democracias da Antiguidade – governar e ser governado, alternadamente -, não se aplica, uma vez que o grupo governante tende a exercer permanentemente o poder e
- (3) a ruptura do vínculo entre a vontade dos representados e a vontade dos representantes, o que se deve tanto ao fato de que os governantes tendem a possuir características sociais distintas das dos governados, quanto a mecanismos intrínsecos à diferenciação funcional, que agem mesmo na ausência da desigualdade na origem social, conforme Michels (1982 [1914]) tentou demonstrar já no início do século XX (p. 26-27).

RESOLUÇÕES DO PT (1980-2008)

A fundação do PT no início da década de 1980 significou a assunção do primeiro partido de massas criado no Brasil (MENEGUELLO, 1989), sendo que

o PT é um partido de origem externa, extraparlamentar, de caráter societário; apresenta uma proposta definida de inserção da classe trabalhadora no sistema político; sua estrutura interna fundamenta-se em núcleos de base, órgãos básicos de trabalho e integração partidária; seu funcionamento interno define-se pela intensa articulação entre órgãos estabelecidos de forma hierárquica. Quanto à participação, o PT define-se em certo sentido, pela idéia “integralista” de partido: visa uma profunda integração com seus membros através de atividades políticas e tarefas de organização permanentes, fora dos períodos eleitorais (reuniões, debates, festas, contribuições financeiras periódicas, edição de boletins e jornal etc.). Finalmente, quanto à ação política, o PT confere bem menos importância à atividade eleitoral e parlamentar do que os demais partidos, priorizando os laços com os movimentos sociais (p. 36).

A presença do PT na política brasileira retoma um debate socialista voltado para a crítica da democracia, permanecendo para o partido o intuito de transformá-la substantivamente. O socialismo petista, assim, assume um caráter vinculado a insígnia democrática. Nesse sentido, há o intuito de valorizar a democracia e suas dimensões. Para Keck (1991)

a tensão inerente ao desejo de ser um partido de ação e mobilização social e ao mesmo tempo agir com eficiência no plano das instituições políticas permaneceu um elemento-chave no caráter do partido, deixando de ser vista como uma contradição. À medida que o partido se fortaleceu e ganhou experiência política, as vantagens de fazer alianças em torno de determinadas questões ou candidaturas tornaram-se mais relevantes do que os perigos. (p. 271).

Essa disposição do PT em ocupar espaços institucionais de governo esteve vinculada a sua concomitante presença nos movimentos sociais. Desde a fundação do partido, esta “dualidade”⁵ compôs a sua estratégia de ação, uma vez que o PT já nasceu no intuito de imergir na vida institucional, porém, “não foi, contudo, uma decisão isenta de tensões. Os grupos de esquerda presentes na criação do partido sempre procuraram contrabalançar a ênfase pragmática na busca do sufrágio com a insistência no papel dos movimentos sociais” (SINGER, 2001, p. 49).

A atuação parlamentar petista apresentara-se para além desta dualidade aparente buscando a perspectiva de representar os setores oprimidos da sociedade na esfera institucional permitindo uma maior participação destes nos poderes executivo e legislativo. Samuels (1997) analisa que o partido institucionalizou algumas sanções, como a responsabilização política (*accountability*), além disso, a articulação entre democracia e socialismo aparece para o PT “mediante a postulação da necessária articulação entre democracia representativa e democracia direta, estendendo, aliás, os conteúdos da referida democracia ao ambiente econômico” (FORCHERI, 2004, p.152). Para o autor, a valorização do partido em favor de uma democracia radical

implicou a ressignificação dos conteúdos democráticos em múltiplos níveis: a canalização da participação organizada, ativa e direta da cidadania; a reforma do Estado priorizando os fins públicos e sociais do mesmo; e a ampliação da democracia para as esferas econômicas e sociais [...] a simbiose entre socialismo e democracia se efetivou mediante a radicalização da democracia, adquirindo essa radicalização um duplo sentido: de um lado, significou a extensão dos princípios igualitários da democracia aos âmbitos econômico e social e, de outro, aprofundou os pilares políticos reivindicando um funcionamento mais transparente das instituições políticas da democracia representativa e proclamando a necessidade de incorporação de mecanismos de participação direta da cidadania (p. 156).

As aspirações do partido em estimular a participação ativa de cidadãos nas arenas decisórias da política terão espaço nas estratégias de atuação parlamentar, através de mandatos que devessem fidelidade a setores específicos do eleitorado e formas de expressão destes através de mandatos de caráter participativo. Destarte, *o modo petista de atuação parlamentar* coincide com o objetivo valorizar a prestação de contas dos representantes perante os representados e a assunção destes em espaços para instruções, consultas, etc.⁶

A singularidade do PT dentro do quadro de partidos no Brasil deveu-se a seu projeto político socialista, bem como a sua estreita ligação com entidades da sociedade civil e por sua estrutura organizativa distinta à dos demais partidos. Para Keck (1991 apud RIBEIRO, 2003), a rejeição inicial do PT tanto ao dogmatismo leninista-marxista quanto à social-democracia reflete a *concepção antiestatista* presente com muita força num partido que se auto-afirmava de massas, socialista e democrático. Esta concepção

⁵ A tendência interna “Democracia Socialista” (DS) costumava se referir em seus documentos a essa dupla presença enquanto uma “estratégia da pinça”: com um pé nos movimentos sociais e o outro na institucionalidade.

⁶ É presente a observação de que os mandatos do PT incentivaram a realização de “plenárias do mandato” como um espaço de mobilização e compartilhamento de decisões políticas. Pode-se afirmar tais eventos como reuniões que serviam para prestação de contas do representante diante dos representados.

indicava, no entanto, que a mudança só se processaria efetivamente com a organização e fortalecimento da sociedade civil, o que possibilitaria levar a cabo transformações radicais da sociedade brasileira a partir das bases.

O PT indica a sua relação estratégica com a sociedade civil, esta verdadeiramente capaz de promover as mudanças políticas vislumbradas pelo partido. O poder não seria conquistado tomando de assalto o Estado. Ainda que bebendo da experiência anterior das lutas operárias no Brasil, das organizações da esquerda marxista e das comunidades da Igreja católica, o PT representou uma experiência nova de organização política, diferenciada tanto pela origem social de sua liderança quanto pela relação que buscava manter com os movimentos populares que consistiam sua base (MACHADO & MIGUEL, 2007).

As circunstâncias em torno da fundação do PT estiveram ligadas ao duplo movimento conjuntural. De um lado, a ditadura que caminhava para o seu fim e do outro, os exilados políticos que, alcançados pela anistia, retornavam ao país, somando-se às articulações em torno da criação de novas legendas e a retomada de grandes mobilizações sociais.

Em suma, a grande novidade que o PT agregou ao quadro partidário brasileiro, decerto, foi a sua criação em um “ambiente extra-parlamentar, a ligação que sempre manteve com os movimentos sociais, os diversos grupos que ratificaram a sua fundação, as disputas internas entre suas várias tendências e as ambigüidades na relação que nutriu com as eleições, a representação política e o próprio Estado, tudo isso faz do Partido dos Trabalhadores um objeto de pesquisa extremamente rico” (ANGELO & VILLA, 2009, p.11).

AS RESOLUÇÕES DO PT NA DÉCADA DE 1980

A radicalização da política e da democracia, interpretada pela necessidade de superação dos impasses vividos pelos partidos de massa do Leste Europeu foram decisivos na definição da estratégia do PT a partir da sua fundação, que visava a ação nos movimentos populares e, ao mesmo tempo, na ação institucional. Essa proposta de combinação adquire centralidade na questão da representação e da participação, como pode ser observado em documentos anteriores a fundação do PT: “sua participação [do PT] em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas”⁷. Esta será a tônica das resoluções do partido ao longo da primeira década de existência. O objetivo do partido ao sugerir uma definição secundária acerca da política institucional compreende que a institucionalidade parlamentar, repleta de defeitos à sua visão, ofereceria espaço para potencializar a propaganda do partido e das suas causas.

No 2º Encontro Nacional (1982) reafirma-se o caráter participativo da ação do partido na institucionalidade: “queremos um partido, com parlamentares ou cargos executivos, que coloque nas mãos dos trabalhadores essas ferramentas para sua luta” (ALMEIDA &

⁷ “A tese de Santo André-Lins”, aprovada em 24 de janeiro de 1979, no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico de São Paulo, na cidade de Lins (SP). Cf. Almeida & Cancelli, 1998, p. 52.

CANCELLI, 1998, p. 132)⁸. Para além de mandatos “fechados” no representante, a atuação parlamentar do PT deveria partir da razão inversa, ou seja, do protagonismo dos representados. Ainda no 2º Encontro, o partido aprova a resolução de que “os candidatos eleitos pelo PT deverão exercer os seus mandatos mantendo mecanismos permanentes de consulta e decisão, compostos por representantes dos trabalhadores, e não abandonar o trabalho político ou sindical de base” (RESOLUÇÕES DE ENCONTRO E CONGRESSOS, 1998, p. 135).

A qualidade da representação política, segundo o PT, estaria ancorada em três princípios básicos a serem perseguidos pelos parlamentares petistas. De acordo com resolução aprovada pelo 3º Encontro (1984) são funções do representante “a sua intervenção política, no parlamento, em favor dos trabalhadores; a sua atuação permanente em benefício dos movimentos populares dos quais ele é representante; e as suas tarefas imprescindíveis na construção e no fortalecimento do PT” (REC, 1998, p. 147). A crença do partido nas lutas populares como acumulo de força eleitoral traduz-se em uma democracia que “não se esgota nas instituições, mas se articula com formas diretas e massivas de participação popular” (REC, 1998, p. 184).

O entendimento de que só uma cidadania ativa poderia por fim ao regime militar protagoniza as discussões do Encontro extraordinário realizado em 1985. A prática política do partido deveria ser a atuação do partido “nos movimentos sociais, com núcleos de base e diretórios do PT e com entidades populares, através de reuniões periódicas, relatórios, discussões e debates comuns” (REC, 1998, p. 193). Neste encontro o partido reconhece a necessidade de se ter mais respeito e valor aos parlamentares na dinâmica interna e externa de organização do partido, distante de serem eles meros “militantes de gabinete”.

O 4º Encontro Nacional (1986) reflete preocupações que tornem o mandato eletivo mais democrático, todavia, não considera como os representados devem interagir com os mesmos, reduzindo a prática parlamentar a articulação com “os organismos de representação popular e os organismos de poder popular, que exercerão o controle e a fiscalização sobre a Administração e o Estado, as políticas e prioridades de governo” (REC, 1998, p. 183). Uma chave para o entendimento de como é possível superar as forças políticas adversárias é a mobilização dos trabalhadores. Nesse sentido, é que o mandato deve estar a serviço deste princípio elementar de acúmulo de forças rumo ao socialismo.

A participação e socialização política proposta pelo PT como uma forma de democratização da sociedade é debatida no 5º Encontro (1987), apontando a luta pelo socialismo como consequência da presença do partido na sociedade civil. Essa presença do partido na sociedade civil deve se expressar mediante a “ocupação dos espaços institucionais nas eleições, como a eleição de deputados, vereadores e representantes nossos para os cargos executivos” (REC, 1998, p. 321), isto é, ocupar a institucionalidade para o PT forjar-se enquanto uma “opção real de governo”. Segundo o PT, representar politicamente para o PT é travar no cotidiano “a luta coletiva dos trabalhadores [...] as eleições, a conquista de governos municipais e o exercício de

⁸ Ambos os autores foram os organizadores da coletânea que reuniu as resoluções de encontros e congressos do PT (1979-1998). Chamaremos de REC para facilitar a menção aos documentos.

mandatos de vereador como parte integrante dessa luta coletiva e como frentes da luta de classes” (REC, 1998, p. 341).

O 6º Encontro (1989) revelou a preocupação em produzir um balanço crítico das experiências do leste europeu, sendo o maior objetivo do partido alertar a população acerca dos seus propósitos sobre o socialismo e possíveis interesses envolvidos em governos capitaneados pelo PT, que conforme resolução,

não acredita num partido socialista sem trabalhadores. Nem acha possível construir o socialismo sem a ação decisiva dos trabalhadores no próprio processo dessa construção. A experiência histórica nos legou a convicção de que o socialismo ou é obra dos trabalhadores ou jamais será socialismo. Por isso, estamos dispostos a disputar em todos os campos da hegemonia na sociedade e chegar ao socialismo pela ação e pela vontade das maiorias. Pelo desejo do povo e dos trabalhadores (REC, 1998, p. 402).

AS RESOLUÇÕES DO PT NA DÉCADA DE 1990

A década de 90 resultou em significativa produção de encontros e congressos, resultando em debates sobre os desafios e dilemas encetados pela maior imersão do partido na vida institucional – fruto do desempenho eleitoral - e uma forte influência dos movimentos sociais influentes ligados ao partido. O fracasso da União Soviética, figurado pela queda do muro de Berlim, tornou inexorável ao partido repensar as bases programáticas do “socialismo petista”, apontando para uma sociedade ideal que devesse surgir do acúmulo de força dos trabalhadores e oprimidos do país.

A prática política petista visaria acumular forças com vistas a construção do socialismo. Os elementos constitutivos desse acúmulo seriam determinados pela condição do partido lutar e organizar-se sob a égide de uma “sociedade livre e participativa, premissa daquela outra, maior, que pretendemos instaurar no país” (REC, 1998, p. 429). A revisão desses questionamentos latentes em um contexto de defensiva da esquerda após Berlim conduz o 7º Encontro (1990) a refletir sobre o relacionamento do partido com os movimentos sociais:

refratário ao monolitismo e verticalismo dos partidos tradicionais – inclusive de muitas agremiações de esquerda – o PT esforça-se por praticar a democracia interna como requisito indispensável ao seu comportamento democrático na vida social e no exercício do poder político. O mesmo vale para a relação do Partido com suas bases sociais e com a sociedade civil no seu conjunto. Embora tenha nascido pela força dos movimentos sociais e populares e com eles mantenha um poderoso vínculo de inspiração, referência e interlocução, buscando propor-lhes uma direção política, o PT recusa-se, por princípios, a sufocar a sua autonomia e, mais ainda, a tratá-los como clientela ou correia de transmissão (REC, 1998, p. 430)

O debate acerca dessa relação com os movimentos sociais é acompanhado da maior presença partidária nos espaços de governo, adquirindo, segundo o partido, um “caráter de dramaticidade”. Embora reconheça certo “desleixo” na elaboração de normas de atuação na seara institucional, o partido reitera a importância dos mandatos parlamentares, sendo preciso “fugir da definição simplista de que o mandato é ou do próprio eleito, ou de seus eleitores ou do partido. É preciso ter claro que é, necessariamente, uma relação de mediação e de síntese permanente” (REC, 1998, p. 450). A síntese de um mandato fixado nos eleitores, eleitos e partido legitima a *presença* do primeiro através da sua participação em espaços de decisão dos mandatos. O PT parece ter consciência dos “perigos” advindos da seara institucional, recorrente em comportamentos de “acomodação” e apatia política:

o salto de qualidades de nossos governos será dado quando houver ampliação das mobilizações populares em luta por seus interesses. Aqui, o papel do partido é insubstituível, e nesse terreno reside a nossa maior fraqueza, ao não termos sido capazes, governos e partido, de comprometer o conjunto das massas populares com a gestão democrática da coisa pública. Mas como dar conta da questão da participação democrática quando nem sempre há respostas ativas da população? (REC, 1998, p. 470).

O I Congresso do PT (1991) prossegue o debate acerca do projeto socialista do partido como sinônimo de radicalização da democracia, superando um “caráter antidemocrático e elitista das instituições e dispersando as lutas sociais nas reivindicações específicas e no corporativismo” (REC, 1998, p. 505). O partido deve desempenhar um papel pedagógico para com a população, sabendo que

o problema da relação entre formas diretas e representativas de democracia deve levar em conta esses objetivos de desestatização da política. A democracia socialista se baseia na crescente superação da alienação e da apatia política da maioria da população, num nível muito maior de atividade, participação, consciência e organização do povo. Exigem também condições socioeconômicas distintas das atuais, entre elas uma importante redução da jornada de trabalho [...] uma ação política só tem sucesso quando está ancorada num forte trabalho junto aos movimentos sociais, às lutas de massa, que devem ser combinadas com a ação propriamente institucional (REC, 1998, p. 501).

Especificamente, a atuação do parlamentar petista não deve representar um projeto individual, mas o projeto coletivo do partido. No entanto, assumindo “um compromisso com as lutas políticas e sociais desenvolvidas pelo partido e com a luta geral dos trabalhadores e demais setores oprimidos da sociedade [...] expressando a compreensão de que a luta dos trabalhadores não se limita, nem se esgota, no campo parlamentar” (REC, 1998, p. 530-1).

No 8º Encontro (1993) o partido define um projeto de governo menos radical que o seu programa partidário, tendo como fim a conquista de governos, dentre eles o federal. Portanto, decorre deste objetivo a necessidade de um “programa capaz de atrair o voto das maiorias e, principalmente, de comover e mobilizar milhões de pessoas dispostas a lutarem em defesa de um governo que a aplique” (REC, 1998, p. 558).

Ao formular os princípios de um governo “democrático-popular”, a política institucional inspira ao PT uma representação política determinada pela participação dos representados. O sucesso do PT deve resultar do “elevado nível de atividade do movimento social, o potencial de avanço de nosso governo será limitado. O sucesso do nosso governo, em última análise, reside na auto-organização, na participação e na conscientização populares” (REC, 1998, p. 562).

O 9º Encontro (1994) realizou-se com o intuito principal de debater a segunda candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. As consequências dessa candidatura foram a pauta do 10º Encontro (1995), voltado para a autocrítica da tática eleitoral e a avaliação da estrutura interna do partido. O risco do burocratismo levou os petistas a sugerir no âmbito parlamentar a “regulamentação de mandatos parlamentares e executivos, normas para rodízio de ocupantes de cargos públicos e para a limitação de reeleição” (REC, 1998, p. 633)

O 11º Encontro (1997) se volta para o debate do primeiro mandato do então Presidente Fernando Henrique Cardoso e a tática eleitoral do partido para as próximas eleições, delineando que

a estratégia de construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento, acompanhado da perspectiva de uma revolução democrática e de uma nova economia sustentável e solidária recolocam os valores e princípios de uma sociedade socialista como contraposição ao neoliberalismo, responsável pela desconstituição nacional e social do país (REC, 1998, p. 663).

A política de alianças definida pelo partido é formulada mediante a articulação de compromissos programáticos de governo e luta social, mas a institucionalidade é tratada enquanto um espaço de convergência da sociedade em direção ao Estado participando efetivamente das decisões. No âmbito legislativo os mandatos parlamentares do PT sugerem a presença e a participação das bases que a elegeram, refletindo mais sobre a criação de mecanismos de prestação de contas e possíveis consultas do mandato aos grupos sociais e demais cidadãos.

A realização do II Congresso (1999) reconhece a importância da política de acúmulo de forças na união entre as ações de “gabinete” e as de “rua”:

sabemos que é importante combinar as ocupações de terra, as lutas no chão da fábrica, as greves e as mobilizações da sociedade em busca de novos direitos sociais e políticas com a ação nos parlamentos e nos governos municipais (Resoluções do II Congresso do PT, 1999, p. 3).

Nesse congresso, o parlamento é compreendido como um espaço de expressão das lutas sociais. O mandato deve refletir as lutas e a participação das demandas e dos atores políticos, não significando, por ora, a sujeição do mandato às instruções dos representados, mas uma mediação entre partido e eleitores junto aos eleitos. O incentivo à participação nas ações política do PT significa

formas de controle pela cidadania, organizada e ativa, que não se opõem ao Estado Democrático de Direito. Elas são indispensáveis para que a democracia se amplie. O PT tem sido pioneiro neste

experimentalismo político que permite combinar democracia representativa com democracia direta. (Resoluções do II Congresso do PT, 1999, p. 13).

O partido reafirma as resoluções de encontros anteriores sobre o socialismo petista, relativizando as contingências e superações nos objetivos do partido de ser governo:

sabemos que não basta chegar ao governo para mudar a sociedade. É necessário também mudar a sociedade. É necessário também mudar a sociedade para chegar ao governo. Daí a importância de articular a luta institucional com a luta social (Resoluções do II Congresso do PT, 1999, p. 4).

A conjunção entre participação e representação assume um caráter desejável e necessário ao “modo petista de atuação parlamentar”. A problemática da representação, inerente a maioria das sociedades liberais e representativas se apresenta como um desafio aos petistas: o mandato é vinculado a quem? Como ir além das regras das instituições e o seu caráter elitista?

O partido reflete nas suas resoluções das décadas de 80 e 90 uma congruência, impulsionando críticas à democracia representativa e as formas de ser/estar na institucionalidade. O parlamento deve ser um espaço de participação dos representados e o PT devendo representar interesses dos trabalhadores vinculando, por opção, as suas instruções as da classe trabalhadora no âmbito da atuação parlamentar. O “arquetipo” petista de mandato parlamentar pode ser definido como: a) vinculado aos interesses do partido e dos eleitores; b) ultrapassa a vida institucional estabelecendo diálogo com as lutas sociais; c) representa interesses dos setores identificados no programa e nas estratégias partidárias; d) estabelecem meios de prestação de contas, consultas e debates com as bases do mandato. Os anos 2000 significarão um arrefecimento destas discussões (e decisões) em substituição a um objetivo predominante nas resoluções petistas: ser governo.

AS RESOLUÇÕES DO PT NA DÉCADA DE 2000

Um vasto leque de pesquisas acentua na contemporaneidade o crescimento de partidos mais comprometidos em maximizar ganhos eleitorais. Identificados como profissionais-eleitorais (PANEBIANCO, 1990 apud AMARAL, 2003, p. 156), “apresentam como características, dentre outras, a maior profissionalização das organizações do partido, a menor relação com seus militantes e o aumento da preocupação com problemas concretos”. Embora tal tendência se aproxime dos partidos realmente existentes, “qualquer afirmação categórica sobre o PT a partir desses pressupostos será leviana” (p. 156).

O reflexo da estratégia de alcançar a presidência da república é constatado nas resoluções do 12º Encontro Nacional (2001) que “reafirma os valores do socialismo democrático, que continua sendo uma possibilidade histórica aberta para a humanidade, um processo a ser construído, e não uma inevitabilidade” (p.7). A ser engendrado, segundo o partido, no acúmulo de forças na institucionalidade, limita-se a identificar o parlamento enquanto um catalisador de mobilização popular, deixando de esboçar as formas de expressão de mecanismos de participação e mobilização dos setores representados no cotidiano dos parlamentares petistas, pois,

fica evidente a necessidade de uma maior articulação das oposições no congresso nacional e de se criar uma agenda de mobilização nacional para unificar as diferentes lutas sociais e políticas em 2002, ano que começará com o Fórum Social Mundial reunindo-se em Porto Alegre, ponto de partida e de continuidade de um amplo movimento mundial anti-neoliberal com o qual estamos comprometidos [...] podemos retomar a iniciativa política, com base no vasto apoio popular que temos, fazer da disputa eleitoral um momento de consolidação de uma maioria para sustentar um novo governo no país” (p. 12).

Da mesma forma que o 12º Encontro esboça as linhas de um possível governo petista, o 13º Encontro (2006) reconhece as limitações do partido e seus equívocos na sua primeira experiência de governo em nível federal⁹, em especial, a crise do PT em 2005 a partir do seu envolvimento no escândalo que ficou conhecido como *mensalão*. Sobre este momento o partido interpretou que

qualquer que fosse a política de alianças escolhida, e por mais que ela tenha sido decorrente, em parte ao menos, da correlação de forças existente no Congresso nacional e nos governos estaduais, nada justifica, porém, que não combinássemos a política de “governabilidade”, principalmente congressional, e a popularidade do presidente, a construção orgânica do apoio também junto à esquerda política e aos movimentos sociais. Um governo de esquerda, ou mesmo de centro-esquerda, não sobrevive se não construir uma base de apoio popular, organizada e mobilizada (Resoluções do 13º Encontro, 2006, p. 16).

A atuação parlamentar significa nas resoluções desse encontro a necessidade de um segundo mandato presidencial, sob a égide de uma “governabilidade de novo tipo, baseada numa combinação adequada entre força parlamentar, presença nos governos estaduais e municípios, apoio e mobilização organizada da sociedade” (Resoluções 13º Encontro, 2006, p. 21). Não se especifica, portanto, *formas* de expressar um mandato parlamentar que potencialize a governabilidade baseada nos “de baixo”.

O III congresso do PT (2007) visa rever as formas de atuação parlamentar calcada na participação e engajamento dos representados. De acordo com o partido,

é preciso atualizar o modo petista de governar e de atuação parlamentar. Os mandatários petistas devem balizar sua atuação pelo programa do partido, pelo programa de governo apresentado por ocasião das eleições pelo confronto desses com a realidade política, econômica e social. Cabe ao PT e às suas instâncias permanentemente fazer o acompanhamento crítico e solidário, qualificar sua militância para a intervenção política e oferecer aos seus quadros a formação política necessária para que o conceito de política pública seja desenvolvido [...] Sendo assim, cabe ao PT fortalecer os espaços de organização da militância em setoriais e, também, fortalecer o vínculo de gestores e parlamentares, assessores e técnicos, com o partido. O modo petista de governar e de atuação parlamentar deve ser coerente

⁹ Gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006).

com a transformação dos valores, do comportamento e das práticas da sociedade (Resoluções do III Congresso, 2007, p. 93).

Nos anos 2000 o “*modo petista de atuação parlamentar*” perde substancialmente o caráter de relacionamento entre representantes e representados, significando o afastamento do partido diante da normatividade em torno da atuação parlamentar (eleito-eleitor). Na resolução acima citada, defende-se que o modo do partido atuar no parlamento deve ser conformado pelo “programa do partido, pelo programa de governo apresentado por ocasião das eleições e pelo confronto desses com a realidade política, econômica e social”. Trata-se, sobretudo, de uma inflexão ao pragmatismo eleitoral. Além do que, o deslocamento da forma de representação enquanto uma tática eleitoral esvazia o programa do partido, sendo mais amplo e radical do que as alianças eleitorais. Nesse sentido, o enfoque do III congresso foi pensar formas de controle da relação entre representantes eleitos e o partido:

por sua composição, os Setoriais se constituem em espaços políticos privilegiados do PT capazes de debater e propor políticas públicas para subsidiar a ação legislativa de suas bancadas parlamentares quanto à ação de governo de suas equipes na administração pública. O papel elaborador do partido, porém, não se esgota na formulação de programas de governo, mas se estende ao acompanhamento de sua execução. A Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais – SNAI –, por sua vez, e suas correspondentes em estados e municípios, são também espaços de sistematização e elaboração de políticas públicas, devendo acompanhar a atuação de parlamentares e gestores petistas e oferecer-lhes instrumental necessário para que sua atuação institucional seja orientada pelas formulações do PT voltadas à superação das desigualdades, da afirmação de direitos, do desenvolvimento local sustentável, da gestão participativa, transparente e ética (Resoluções do III Congresso, 2007, p. 93).

A atuação parlamentar petista, segundo as resoluções de encontro e congresso nos anos 2000, prioriza a ação do representante e sua relação com o partido, não figurando os eleitores, atores organizados e cidadãos difusos como protagonistas das resoluções aprovadas. Desse modo, conclui-se que nas décadas de 1980 e 1990 o PT estabelece significativas instruções normativas, demonstrando forte proximidade e vínculo entre representantes e representados. Ao contrário dos anos 2000, momento que o partido encara o papel dos mandatos diante da díade eleito-partido, afastando-se da produção normativa de resoluções acerca da concepção de relação entre representante e representado, inclusive, de explicitar *quem* são os representados pelo partido.

ATUAÇÃO PARLAMENTAR DO PT: PROJETOS DE LEI (PL)

A presença do PT na cidade de Salvador remonta à primeira década de existência do partido, combinando sua atuação em nível institucional e nas lutas sociais do período. Os cargos eletivos que passaram a ser disputados pelo PT eram concebidos como um espaço institucional que deveria estar vinculado as lutas sociais, daí que a estratégia de “complementaridade” do partido resumiu-se a lançar candidatos pertencentes a

movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil. Vale ressaltar que o *locus* de recrutamento e arregimentação de filiados se dava nesses espaços de organização social e política.

Esse “padrão” de recrutamento de lideranças partidárias, isto é, dos candidatos serem reconhecidos como porta-voz de comunidades ou grupos sociais específicos, também é comum a outros partidos, sendo uma cultura política predominante, como demonstra Kurschnir (2000) ao analisar as candidaturas e as relações de representação no Rio de Janeiro. A compreensão formulada sobre algumas características importantes das ideias e estratégias políticas dos vereadores cariocas é que

a candidatura ideal é sempre motivada pela vontade de um grupo, e o candidato perfeito é o “representante natural” dessa coletividade. O movimento é *involuntário* e exige dedicação e esforço. O candidato ideal enfrenta a campanha como um *dever*, abrindo mão de sua vida pessoal em nome do grupo (...) um vereador, por exemplo, teve a candidatura delineada na época em que trabalhava como assessor de um tio, deputado estadual. Segundo ele, tudo aconteceu por causa de sua dedicação ao “atendimento” dos eleitores. Era um trabalho de “retribuição” aos votos recebidos da “comunidade”, um “sacrifício” em nome da eleição do parente (que depois de muitos mandatos acabou não se reelegendo). A experiência na assessoria terminou dando origem à indicação de seu nome como candidato a vereador (...) diversos parlamentares compartilham essa visão da candidatura como uma obrigação, um dever, motivado pela “pressão” dos eleitores (...) o desejo do próprio candidato não tem legitimidade se não estiver amparado por uma vontade coletiva (p. 17-8).

A legitimação dessas candidaturas como “representante natural” diz respeito ao padrão de competição eleitoral e ao rito construído em torno de lideranças de um “projeto” ou “demanda”, retirando o caráter voluntário – sob o controle do sujeito - para se tornar algo necessário e involuntário aos eleitores.

Nesse aspecto, a transformação do PT diante do objetivo em priorizar as disputas eleitorais ocorreu mediante o afastamento da visão antes dominante, que as eleições seriam secundárias em relação as lutas e mobilizações sociais. Em verdade, tais lutas e suas respectivas organizações sociais deveriam justificar a ação do partido no nível institucional. Os mandatos, assim sendo, estariam compromissados em representar as suas respectivas bases organizadas.

A dimensão da representação enquanto *similitude* tornou-se valorizada pelo partido desde a fundação. Os candidatos deveriam, nesse caso, representar e serem *iguais ou semelhantes* aos seus futuros representados, privilegiando vínculos com grupos e organizações sociais. As candidaturas do partido também eram mencionadas como candidaturas “do movimento, dos negros, estudantes, professores, jovens, etc.”

Esse modo de representação demarca a trajetória dos candidatos do PT até os dias atuais. É a percepção dos que “lançam” candidatura, ou seja, que “indica” o nome ao partido. Embora na atualidade o PT passe a captar votos de um escopo mais amplo que o de início da atuação do partido, as candidaturas são originárias de processos sociais de ação coletiva e participação política.

A primeira parlamentar do PT em Salvador foi a Professora Geracina Aguiar,¹⁰ eleita na década de 1980 e primeira presidente estadual do partido. A partir da década de 1990, o partido voltou a eleger parlamentares vinculados aos movimentos sociais.

Na década de 2000, o partido mantém essas características, sendo que nas eleições de 2004 elegera uma bancada de cinco parlamentares, sendo eles: Atanázio Júlio (mudou de partido), Giovanni Barreto, Maria Del Carmen, Rui Costa e Sérgio Barradas Carneiro. Assumiram como suplentes Vânia Galvão e Celso Cotrim (saiu do partido antes de assumir a vaga).

Os Projetos de Lei dos vereadores petistas

Os projetos de Lei (PL) de própria autoria dos parlamentares não são considerados por eles a principal forma de atividade parlamentar. A razão desse fato provém, talvez, da grande maioria dos PL aprovados serem oriundos do executivo, faltando espaço na agenda para votações e acordos acerca da aprovação de leis de iniciativa dos vereadores. Além disso, há entre os parlamentares o *modus operandi* de aprovar projetos “consensuais” que, em geral, não suscitam divergências, como outorga de títulos de cidadão, medalhas a personalidades, concessões de utilidade pública a organizações sociais e comunitárias, etc.

Os PL analisados destinam-se as gavetas da burocracia ante a encarnação social da concretude e realidade da política. Apesar dessa interpretação estar presente no cotidiano, os PL são importantes no que diz respeito a expressar os interesses dispostos na relação entre eleito e eleitores. Isso explica a grande produção de Projetos de Lei, independente da posição parlamentar de pertencimento a base de apoio ao governo ou oposição a mesma.

Esse aspecto da produção legislativa permite dar voz as demandas das bases ou as estratégias do mandato em busca de visibilidade e defesa de opiniões. Também pode buscar influenciar a formulação de políticas públicas. Em linhas gerais, os PL produzidos pelos vereadores, independente do partido, não estão restritos aos temas discutidos na campanha ou vinculados a setores da base de apoio ao mandato (SOUZA CA, 2009), são, em verdade, formulados em acordo com uma amplitude de fatores. Não é raro um parlamentar oriundo da base do movimento social de combate ao racismo formular proposições vinculadas a agenda de educação ambiental e sustentabilidade.

Ao se analisar a quantidade dos PL enviados à Mesa Diretora da Câmara Municipal, percebe-se que a sua produção não resulta, na maioria dos casos, em aprovação. A alta quantidade deles revela a prática de produzir PL sob o fluxo de demandas de setores que apoiam e procuram o mandato, além de determinados assuntos que o mandato envolve-se visando demarcar posição e angariar novos eleitores.

¹⁰ Iniciou sua militância na categoria profissional de servidores públicos e docentes baianos.

No **Quadro 1** analisa-se o número de Projetos de Lei, por ano e por parlamentar. Segundo o Regimento Interno do Legislativo a iniciativa dos Projetos de Lei (PL) cabe a qualquer Vereador e ao Prefeito, “sendo privativa deste a Proposta Orçamentária, até aqueles que disponham sobre matéria financeira, criem cargos, funções ou empregos públicos, aumentem vencimentos ou importem em aumento da despesa ou diminuição da receita, ressalvada a competência da Câmara, no que concerne à organização de sua Secretaria, e a fixação dos vencimentos dos seus servidores”¹¹. Os PL são considerados um dos aspectos de expressão dos representados e de vinculação dos vereadores às opiniões e ideias dos eleitores. Eles são produzidos em grande medida para buscar representar interesses, anseios e opiniões dos apoiadores do mandato.

Podemos considerar que a quantidade de PL apresentados é baixa mesmo nos anos eleitorais. Os projetos tornam-se de “alto custo” aos parlamentares, pois não podem gerar despesas ao município e são de difícil formatação “técnico-jurídica” e constitucional, já que exigem maior esforço da assessoria, caso se almeje um maior engajamento do mandato, pode resultar em uma perda de tempo que poderia ser dedicado a outras formas de representar os eleitores.

O estudo recente de D’Avila (2010) expõe que os mandatos do Rio de Janeiro estão a produzir em maior escala as indicações como estratégia de representar os eleitores, em detrimento do PL como forma de melhor representar tais direitos. Essa generalização como feita pelo autor, enfraquece a análise caso se leve em consideração que os partidos podem utilizar estratégias diferenciadas no intuito de contemplar seus eleitores.

Os temas escolhidos pelos mandatos do PT revelam uma congruência com as demandas dos movimentos e entidades da sociedade civil, sendo que a quantidade de projetos apresentados tenha relação com os constrangimentos argumentados acima. Considerando que o PT compôs o governo municipal entre 2005 e 2008 é baixo o número de PLs apresentados ao plenário, com exceção de 2006, quando o partido possuía apenas o mandato de Dr. Giovanni, que apresentou somente nesse ano 29 PL. Esse número expressivo é interpretado pelo fato de ser ele o único vereador a representar todos os segmentos de apoio ao partido, para além do espectro de atuação do mandato.

¹¹ Disponível no link: <http://www.cms.ba.gov.br/updiv/regimento/files/regimento.pdf> Acesso em: 10/Dez. 2011.

QUADRO 1 - Número de Projetos de Lei apresentados por vereadores do PT na Câmara Municipal de Salvador, 2005-2010.

Vereador	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Dr. Giovanni Barreto	20	29	07	01	12	08	76
Gilmar Santiago	-	-	-	-	08	07	15
Henrique Carballal	-	-	-	-	28	07	35
Marta Rodrigues	-	-	-	-	11	16	27
Moisés Rocha	-	-	-	-	15	05	20
Vânia Galvão	08	<i>sem mandato</i>	11	09	13	10	51

Fonte: Diretoria Legislativa, CMS, 2011.

Por compreender que os PL privilegiam o consenso ou a aprovação da maioria, os parlamentares passam a utilizar outras ferramentas que estimulam o debate e a mobilização dos representados em torno dos interesses dos mandatos: a) os procedimentos de requerimentos, b) os pronunciamentos e c) projetos de indicação¹². Estes tratam em maior medida de um “protocolo” formal acerca das demandas solicitadas do que a concretização desses pedidos por parte dos governos municipal e estadual.

Em verdade, a eficácia da indicação depende do grau de vinculação dos parlamentares do PT as suas tendências internas, isto é, na ocupação de espaços nos governos. Os PL são uma das formas de atuação parlamentar que os vereadores mais recorrem, visando expressar as demandas da sua base eleitoral. Os PL tem o intuito de debater e defender diversos temas prioritários aos mandatos.

No **Quadro 2** podemos observar os tipos de PL apresentados pelos vereadores do PT. Os critérios de diferenciação das categorias de assuntos ocorrem de maneira complexa, uma vez que os PL podem conter dois ou mais assuntos. Porém, a compreensão metodológica da pesquisa busca categorizar os PL em único assunto através da análise de qual assunto predomina no PL (maior relevância).

Observa-se que a maioria dos PL apresentados pelos mandatos parlamentares corresponde aos temas de interesse dos seus eleitores. De acordo com os mandatos, os PL são justificados por: i) demandas das comunidades, entidades e movimentos sociais da base de apoio ao mandato; ii) por pautas e demandas de variados assuntos que são estimulados por atores políticos engajados ao mandato, mas também por apoiadores do partido e atores difusos; iii) temas de destaque na mídia e opinião pública; iiiii) temas de interesse levados ao mandato considerando questões exógenas (ocupação de cargos públicos pelo partido e das tendências internas nas esferas de governo); iiiiii) por fim, há determinados temas que entram na agenda do Legislativo por conta de interesses fortuitos de atores externos ou grupos econômicos, sociais, culturais, etc.

¹² O Legislativo tem nesse procedimento a liberdade de indicar ao Poder Executivo ações que fogem da sua responsabilidade.

Entre 2005 e 2010, os vereadores apresentaram no total 226 PL. A média é de 37 PL por vereador nesse período¹³. Os assuntos predominantes nos PL concentram-se em temas relacionados à educação, saúde e previdência (18,1%), rotinas administrativas¹⁴ (8,8%), questões sociais como a criação de regras para a acessibilidade e de combate ao racismo, homofobia, dentre outros (12,3%) e a concessão de título de utilidade pública a dezenas de entidades sociais e comunitárias (36,7%)¹⁵.

Embora os PL expressem variados tipos de assunto, a produção legislativa dos parlamentares do PT coincide com quatro temáticas observadas em maior grau nos mandatos parlamentares do PT estudados: a) Defesa da Educação e Saúde de qualidade; b) Defesa de direitos sociais como acessibilidade, diversidade sexual, combate à violência de gênero; c) promoção da participação política da sociedade civil em espaços públicos como conselhos gestores, conferências e fóruns comunitários.

¹³ A legislatura atual termina em dezembro de 2012, portanto, deve aumentar o número de PL.

¹⁴ Proibição, aplicação de multa, regras de contratação de servidores, etc.

¹⁵ O título de Utilidade Pública é de cunho institucional e visa beneficiar Organizações Sociais ao enquadrá-las em uma modalidade jurídica específica que dá direito a isenção de impostos, estabelecimento de convênios com o Estado, União e Municípios. Também com isso podem obter descontos em fornecimento de serviços (água, luz, etc.).

QUADRO 2 – Assunto das Proposições (Projetos de Lei) apresentadas, por Vereador, 2005-2010, CMS-BA¹⁶.

Assunto	Dr. Giovanni Barreto	Gilmar Santiago	Henrique Carbballal	Marta Rodrigues	Moisés Rocha	Vânia Galvão	TOTAL (100%) N= 226
Política Pública	-	01	02	01	-	01	05 (2,2%)
Economia e Tributação	01	-	01	-	-	01	03 (1,3%)
Social	12	-	03	03	02	08	28 (12,3%)
Mundo do Trabalho	03	-	-	-	-	01	04 (1,7%)
Educação, Saúde e Previdência	26	-	-	02	05	08	41 (18,1%)
Cultura, Ciência e Tecnologia	06	03	-	01	-	01	11 (4,8%)
Administrativo	03	01	07	04	02	03	20 (8,8%)
Infra-estrutura e Questão Urbana	03	01	04	-	-	02	10 (4,4%)
Segurança Pública e Defesa do Consumidor	04	-	01	02	01	-	08 (3,5%)
Ecologia e Meio Ambiente	03	-	01	02	01	01	08 (3,5%)
Homenagens e Concessão de Utilidade Pública	15	09	12	12	11	24	83 (36,7%)
Outros Temas	-	-	04	-	-	01	05 (2,2%)

Fonte: Diretoria Legislativa, CMS, 2011.

No **Quadro 3** é possível observar as entidades beneficiadas com os PL de autoria dos vereadores do PT, voltadas para projetos culturais, educativos, defesa de direitos, serviço social, entre outros. Além das entidades com tais objetivos destacam-se as associações de moradores e trabalhadores terceirizados, que em alguns casos necessitam

¹⁶ A categorização dos assuntos levou em consideração outras pesquisas realizadas sobre a atuação parlamentar dos partidos, como a de Moritz (2008), disponível no link: <http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/pensamento-plural/edicoes/03/03.pdf> Acesso em 14 dez. 2010.

criar entidades paralelas aos sindicatos de trabalhadores com empregos formais. Isso decorre do fato das empresas terceirizadas estabelecerem relações de trabalho baseadas em contrato celetista (CLT), ao contrário dos servidores públicos, que são regidos por estatutos vinculados a natureza do serviço público na esfera estatal.

As entidades presentes no quadro não correspondem ao total das centenas de PL de Utilidade Pública. Esse fato confirma a ligação mantida dos mandatos petistas com as organizações sociais, movimentos, conselhos comunitários, entidades culturais e demais atores organizados da sociedade civil. Os PL enquanto uma das dimensões da produção parlamentar expressam necessariamente os atores sociais e políticos vinculados ao mandato. Nesse aspecto da obtenção de título de utilidade pública, quase todos os parlamentares de diversos partidos apresentam PL voltados a beneficiar entidades que necessitam do reconhecimento por parte do Legislativo para estabelecer convênios e receber recursos financeiros do Estado voltados a gestão de projetos sociais diversos.

As entidades vislumbradas nos PL apresentados pelos parlamentares do PT, em especial as que constam do quadro, visam desenvolver projetos sociais de natureza diversa e detêm relação de apoio do partido e, em alguns casos, há também a presença de filiados ao partido fazendo parte dessas entidades. A iniciativa dos mandatos em formular um PL resulta da demanda dessas entidades, que procuram o mandato pela razão de o ter apoiado nas eleições, indicação do partido, relação com outras entidades, entre outros. Essa relação entre o mandato e essas entidades não evidencia em si a proximidade da relação do mandato com atores políticos que se mantiveram presentes na trajetória política do PT desde a sua fundação, mas demonstra que o partido ainda se mantém influenciado por atores políticos congruentes com sua trajetória. O apoio dado pelos mandatos por meio dos PL destina-se a entidades voltadas a estratos mais populares da cidade, bem como as categorias profissionais de trabalhadores, como é o caso da Associação dos Trabalhadores em Limpeza (ASLIMP) e a Associação Beneficente e Educacional de Ilha de Maré.

QUADRO 3 – Principais Entidades e Organizações Sociais beneficiadas por Projetos de Lei de concessão de título de Utilidade Pública, proposição dos vereadores do PT (2005-2010).

AREA DE ATUAÇÃO DAS ENTIDADES	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cultura	Fundação Casa do Sal	-	- Associação Cultural Ibarra; - Associação Cultural Ítalo-Brasileira Dante Alighieri;	- Grupo de Jovens Liberdade Já! - Associação Educativa Cultural das Iabás de São Cristovão Ogum Té;	- Associação Cultural, Beneficente e Carnavalesca Agente Faz Saúde – ACBCAS; - Associação Sócio-Cultural dos Trabalhadores Rodoviários de Salvador;	-Associação Cultural Aspiral do Reggae; -Associação Nipo Brasileira de Salvador;
Projetos Socioeducativos	- Casa do Sol Padre Luis Lintner;	- Sociedade Beneficente Nova República	- Associação Beneficente Educacional e Cultural de Ilha de Maré.	- Associação Comunitária de Pais e Amigos Vinte de Novembro	- Grupo de Apoio à prevenção à Aids da Bahia/GAPA-BAHIA;	- Centro de Surdos da Bahia. - Fundação Escola Politécnica da Bahia
Movimentos, Associações Comunitárias e de Moradores;	- Centro Comunitário de Lobato;	- Associação de Moradores do Conjunto Hab. Fazenda Grande II, 2ª Etapa, Setor C.	- Conselho de Moradores do bairro de Sete de Abril; - União por Moradia Popular Bahia (UMP);	- Centro Comunitário São José Operário	- Associação dos Trabalhadores em Limpeza da Bahia – ASLIMP; -	- Associação Beneficente Minajô; -
Ações Sociais (capacitação, conscientização, educação, saúde, religião, etc.)	-	-	- Federação Espírita do Estado da Bahia; - Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão - FAPEX.	-Associação das Pessoas com Albinismo na Bahia (APALBA); - Associação Cristã Beneficente Social da Paralela e Adjacências - ACBSPA.	- Centro Espírita Jorge Olímpio; - Centro Nzinga de Atenção a Saúde Mental da Mulher e da Família; - Casa de Repouso para Idosas.	- Voluntárias Sociais da Bahia.

Fonte: Diretoria Legislativa, CMS, 2011.

Apesar da “presença” de atores políticos “tradicionais” através dos PL apresentados pelos mandatos parlamentares do PT, somente as demais fontes de atuação parlamentar (sessões especiais e pronunciamentos da tribuna) irá permitir conclusões acerca da relação do PT com os movimentos sociais e demais grupos da sociedade civil. Contudo, nesse sentido, é possível afirmarmos que os PL de autoria dos mandatos parlamentares petistas se orientam no intuito de representar os atores políticos presentes na trajetória do partido desde a sua fundação. Tal vinculação se dá mediante as relações de formulação e apresentação dos PL, assim como os conteúdos (assuntos) tratados pelos PL, sendo que o conteúdo analítico da pesquisa se voltou a captar a *expressão* dos representados por meio da atuação parlamentar dos mandatos. Desse modo, é que se confere uma vinculação dos mandatos aos atores políticos *expressos* nos PL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 2000 revelou profundas mudanças do PT aproximando-o das demais organizações partidárias no modo de conceber a representação política. A atuação parlamentar petista é percebida nos dias atuais por uma relação centralizada do representante com o partido, excluindo atores políticos representados, segundo os documentos oficiais.

A primeira década de 2000 diferenciou-se das décadas anteriores de 80 e 90, quando o PT estabeleceu significativas instruções normativas que demarcaram uma forte vínculo normativo entre representantes e representados. No início do século XXI o partido valorizou os mandatos parlamentares e a relação partidária com os representantes, se afastando do sentido normativo sobre *como* e *quem* são os representados.

O cenário não é diferente para o Partido dos Trabalhadores. Leal (2005) conclui que o partido teria sido influenciado por uma série de mudanças ocorridas na sociedade com claro reflexo nos sistemas eleitorais, denominado de *nova ambiência eleitoral* – “a série de mudanças associadas à americanização das eleições” (p. 20).

As conquistas no âmbito eleitoral lega um partido com energia sustentada pela dinâmica estatal. Para Ribeiro (2009, p. 214): “os vínculos estatais são, hoje, muito mais importantes à sobrevivência do PT do que os societários”. A sua direção nacional reflete a *parlamentarização* do partido. Ou seja, os espaços de direção estão condicionados pela profissionalização do partido, que, decerto, está determinado pelos êxitos eleitorais. Na verdade, para Machado & Miguel (2007, p. 785) a guinada pragmática do partido se deu em 1989:

ao chegar com Lula ao segundo turno das eleições presidenciais, o PT sentiu, pela primeira vez, que poderia alcançar o poder, pelo voto, em curto espaço de tempo. A partir daí, a obtenção de sucesso na competição eleitoral tornar-se-ia o objetivo cada vez mais exclusivo do partido. A postura leninista inicial, que via nas eleições um momento de educação política e entendia o partido como um instrumento de intervenção permanente na vida social, aos poucos sai de cena, e o PT se torna, plenamente, um partido eleitoral.

Vianna (2007) expressa que os anos recentes da experiência do PT na presidência têm sido marcados pelo abandono de uma perspectiva de representação política da classe trabalhadora, pois

se, no começo da sua trajetória, o PT se apresentava como portador da proposta de um novo começo para história do país, na pretensão de conformá-la a partir de baixo em torno dos interesses e valores dos trabalhadores – a parte recriando uma nova totalidade à sua imagem e semelhança –, a reconciliação com ela, levada a efeito pelo partido às vésperas de assumir o poder, conduziu-o aos trilhos comuns da política brasileira. A totalidade adquire precedência sobre os interesses das partes, ponto enunciado claramente pelo próprio presidente da República, nos seus primeiros dias de governo, em marcante discurso às lideranças sindicais, quando reclamou delas que, em suas reivindicações, levassem em conta o interesse nacional. Nessa chave, conceitua-se o próprio desenvolvimento do capitalismo no país e sua inscrição no chamado processo de globalização como processos a serem subsumidos ao interesse nacional, cuja representação tem sede no seu Estado. De fato, para uma orientação desse tipo, o melhor repertório se encontra em nossa tradição republicana (p. 5-6).

Embora o partido vivencie um afastamento dos propósitos de representar setores da sociedade civil – como demarcara desde a sua fundação – é equivocado definirmos este ato como de ruptura com tais perspectivas. Para Ribeiro (2009) o partido ainda mantém as suas forças concentradas nas relações com os movimentos sociais e demais atores da sociedade civil, uma vez que

algumas ressalvas devem ser feitas. Voltando os olhos para os vínculos societários, constatamos que o PT continua sendo a força hegemônica na maior central sindical do país. Embora não tenhamos dados seguros a respeito, há indicações de que o partido ainda domina, ou exerce grande influência sobre, uma ampla gama de movimentos sociais. Além disso, várias pesquisas têm demonstrado que os deputados federais do partido continuam mantendo vínculos sólidos com atores organizados da sociedade. A associação negativa entre profissionalização e militância social apóia o argumento de que a maior inserção estatal do PT tem como contrapartida um esfriamento dos vínculos com a sociedade civil. Porém, a proporção de líderes intermédios que participam de algum movimento continua elevada. Para muitos dirigentes, a profissionalização na política não é incompatível com a militância social. Também podemos lembrar que, mesmo com a diminuição do ativismo dos grupos setoriais nos últimos anos, o PT segue sendo o único partido nacional cuja estrutura ainda reserva um lugar de destaque a esses organismos [...] Embora o PT ainda consiga nadar na sociedade civil, está cada vez mais ajustado ao sólido terreno estatal, em um processo de adaptação evolutiva. Com um pé no Estado e outro na sociedade, trata-se de um modelo híbrido e, em grande medida, ainda singular no quadro partidário nacional (p. 214-215).

Samuels (2009) compreende a necessidade do PT se manter em relação com tais bases, pois a trajetória do PT permanece incerta:

se ele perder suas fortes ligações com a sociedade civil, irá, efetivamente, tornar-se mais parecido com a maioria dos partidos brasileiros. De algum modo, isso significaria um retrocesso para a democracia brasileira, pois sugere que os aspectos essenciais da representação civil e da *accountability* – sobretudo em relação aos interesses da sociedade – permanecem fora de alcance (p. 268).

Os resultados da pesquisa - aqui expostas através das resoluções gerais do partido e a prática parlamentar por meio da apresentação de projetos de lei - apontam a permanência da relação do PT com atores políticos surgidos no seio de fundação do partido. A permanência dessa relação contrasta com um conjunto de afirmações baseadas no afastamento do partido em relação aos movimentos sociais. Essa pesquisa identifica, ao contrário, que o PT mantém seu “repertório” político e de representação diante de uma forte presença em movimentos e grupos da sociedade civil, o que explica, em tese, a primeira colocação em nível de preferência partidária, embora a maioria da população não tenha preferência por nenhum partido¹⁷.

Quanto aos PL apresentados pelo PT, no que concerne a pesquisa empírica apresentada – os pronunciamentos e sessões especiais como forma de produção legislativa apontam resultados semelhantes sobre a representação do PT em relação aos movimentos sociais – mostram uma proximidade com os representados tradicionais, contudo, é perceptível a transformação dos interesses defendidos pelo partido. As mudanças dos interesses supõem conflitos dispostos no *conteúdo* da representação, ou seja, o PT permanece ligado aos movimentos sociais, mas a partir da construção de alianças ideologicamente contraditórias com a sua trajetória de esquerda, se instauram conflitos inerentes a representação dos interesses. Em reflexões sobre o PT de Singer (2010), esse conflito de interesses surge como uma problemática central na análise sobre as transformações recentes do partido, no que diz respeito, inclusive, aos interesses em transformação. Segundo o autor,

aspecto peculiar do atual modo petista de vida é que o espírito do Anhembi, embora dominante, não suprimiu o anterior: eles convivem lado a lado, como se um quisesse desconhecer a existência do outro. O PT nunca reviu suas posições históricas. Não houve um Bad Godesberg para retirar do programa os itens radicais. Não ocorreu a exclusão da famosa cláusula 4, momento em que o Partido Trabalhista britânico, conduzido por Tony Blair, abdicou da socialização dos meios de produção. Ao contrário, o Terceiro Congresso do PT, em 2007, reafirmou que "as riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social" e que "o socialismo que almejamos só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção". Além de disperso em milhares de militantes formados nos anos anteriores ao espírito do Anhembi, o espírito do Sion está nos cadernos destinados à formação dos ingressantes, editados pela direção partidária em 2009. "O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem por objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem", diz um dos textos destinado aos recém-filiados. Ao descrever a evolução do partido, alude de modo elegante às eventuais incongruências entre teoria e prática: "O PT é um partido de massas e, como tal, permeável às contradições de nossa sociedade e de nossa época". Porém, reafirma o compromisso absoluto com a superação das "desigualdades sociais". A velha alma é encontrada, também, nas atividades da Fundação Perseu Abramo (FPA), instituída pelo Diretório

¹⁷ Cf. link, Datafolha, <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/776207-aprovacao-mais-alta-do-pt-projeta-bancada-recorde.shtml>> Acesso em 29/abr. 2012

Nacional em 1996, com o objetivo de "promover a reflexão política, disseminar os conhecimentos produzidos, formar quadros políticos, preservar a memória do partido e da *esquerda* brasileira". Lá, o pensamento que presidiu a criação do PT segue vivo. Na apresentação da coleção de livros que faz o balanço dos mandatos de Lula, Elói Pietá, vice-presidente da FPA, dá ênfase ao fato de ser "inédito ter no governo toda uma geração de lideranças sindicais e populares de *esquerda*". O resultado é que os dois mandatos de Lula à frente do Executivo formaram a síntese contraditória possível das duas almas que hoje habitam o PT. Foi o fato de ter implementado, simultaneamente, políticas que beneficiam o capital e promovem a inclusão dos mais pobres, com uma melhora relativa na situação dos trabalhadores, que permitiu a convivência dos espíritos de Sion e do Anhembi. A unidade dos contrários está expressa nas diretrizes para o período de 2011 a 2014, aprovadas em fevereiro de 2010. Delas estão excluídos os itens mais característicos de uma e outra fração. Não há menções ao socialismo, mas também não está posto o compromisso de preservar superávits primários altos. Se a "estabilidade econômica" foi incorporada como um valor, ela figura, lado a lado, com a defesa da distribuição da renda como núcleo do próximo governo¹⁸.

A relação existente do PT com os movimentos sociais expõe limitações estabelecidas, sobretudo, de novos interesses a representar, que são antagônicos aos seus propósitos anticapitalistas vislumbrados nas duas primeiras décadas de fundação. Esse período, no entanto, desde então expõe contradições, uma vez que a década de 1990 foi marcante eleitoralmente, expondo um "salto institucional" na história do partido.

Mesmo diante de contradições inerentes a esse "novo tempo" do PT, não se pode esquecer que as relações de governo são reconfiguradas na gestão do Presidente Lula, estabelecendo políticas públicas de interesse dos movimentos e sindicatos, ao mesmo tempo em que valorizou a participação como sendo um paradigma de organização das relações de Estado com a sociedade civil (conselhos e a realização massiva de conferências tripartite).

Em suma, a representação política do PT no início do século XXI visa dialogar com os atores políticos tradicionais a sua história nas últimas décadas. A relação do PT com os movimentos sociais assumem uma dinâmica latente, que merece o aprofundamento de mais pesquisa, na medida em que problematiza elementos empíricos de análise da representação política. O fenômeno petista de "vinculação" dos seus mandatos e a *expressão* de representados expõe as fragilidades da representação política contemporânea, na medida em que as orientações do mandato assumem um caráter voluntário por parte dos parlamentares. As pesquisas futuras sobre representação, podem contribuir inexoravelmente, desde que possam refletir sobre a representação, mas considerando os aspectos que evidenciam *quem são* os representados pelos mandatos e – em nível normativo – quais mecanismos institucionais podem garantir proximidade e presença dos cidadãos ao longo da realização dos mandatos, o que, mesmo assim, não garante "representantes". É possível existir sob constrangimentos institucionais a vinculação e defesa dos interesses por parte dos representantes eleitos?

¹⁸ Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300006> Acesso em 10/Dez. 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jorge; VIEIRA, Maria Alice; CANCELLI, Vitória (org.). Resoluções de encontros e congressos (1979-1998): Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

AMARAL, O. E. A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90. São Paulo: Editora Garçon, 2003.

ARATO, Andrew. Representação, soberania popular, e accountability. Lua Nova, São Paulo, n. 55-56, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br> acesso em 19 out. 2010

ARAÚJO, Cicero. Representação, retrato e drama. Lua Nova, São Paulo, n. 67, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 out. 2010.

BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

_____. Representação e interesses. SANTILLÁN, José F. (org.). Norberto Bobbio: o filósofo e a política (antologia). Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2003.

CAMPOS, L. A.; MIGUEL, Luís Felipe. O oito de março no congresso: representações da condição feminina no discurso parlamentar. Cad. Pagu, Campinas, n. 31, dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br>

D'AVILA FILHO, Paulo M; JORGE, V. L.; LIMA, Paulo C. G. C. Produção Legislativa e Intermediação de interesses na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 4 a 7 de agosto de 2010, Recife-PE.

FERES JUNIOR, J; POGREBINSCHI, T. Teoria Política contemporânea: uma introdução. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2010.

FORCHERI, Miguel Serna. Reversão democrática das esquerdas no cone sul: trajetórias e desafios na Argentina, Brasil e Uruguai. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

GOHN, M. G. Teorias dos movimentos sociais. 4ª Edição. São Paulo: Loyola, 2004.

HOCHSTETLER, Kathryn e FRIEDMAN, Elisabeth Jay. Representação, partidos e sociedade civil na Argentina e no Brasil. Cad. CRH, jan./abr. 2008, vol.21, no. 52, p.47-66.

KECK, Margareth Elizabeth. PT: a lógica da diferença; o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, M. G. Representação política e sistema eleitoral no Brasil. São Paulo, Editora Símbolo, 1980.

LAVALLE, Adrian Gurza e CASTELLO, Graziela. Sociedade, representação e a dupla face da accountability: cidade do México e São Paulo. Cad. CRH, Abr 2008, vol.21, no. 52, p.67-86.

_____; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. Lua Nova, São Paulo, n. 67, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/> acesso em 23 out. 2010.

LEAL, Paulo R. F. O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem? – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. Lua Nova, São Paulo, n. 62, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br> acesso em 17 out. 2010.

LEYDET, Dominique. Crise da Representação. O modelo republicano em questão. In: CARDOSO, Sérgio (org.) O retorno ao republicanismo: Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004.

MANIN, B. As Metamorfoses do governo representativo. Tradução: Vera Pereira. Nova York: Cambridge University Press, 1998.

MENDES, Denise Cristina Vitale Ramos. Representação política e participação: reflexões sobre o déficit democrático. Rev. katálysis, Dez 2007, vol.10, no. 2, p.143-153.

MENEGUELLO, Rachel. PT: A Formação de um Partido, 1979-1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MIGUEL, L. F. Impasses da Accountability: dilemas e alternativas da representação política. In: Revista de Sociologia e política, Curitiba, nº 25, p. 25-38, novembro de 2005.

_____. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. Rev. bras. Ci. Soc., Fev 2003, vol.18, no.51, p.123-140.

_____; MACHADO, Carlos. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). Dados, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/> acesso em 18 out. 2010.

NOGUEIRA, M. A. Potências, limites e seduções do poder. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

PANEBIANCO, Angelo. Modelos de partido. Organización y poder em los partidos politicos. Madri: Alianza, 1990.

PITKIN, H. The Concept of Representation. San Francisco: University of California Press, 1967.

_____. Representação: palavras, instituições e idéias. In: Lua Nova, Revista de Cultura e Política, 2006, nº 67, São Paulo: CEDEC.

RENNÓ, L. Responsividade e qualidade da democracia: eleitores e representantes no nível federal. In: LOPEZ, F.; SÁ E SILVA, F (coord.). Mesa Redonda ABCP/IPEA - A nova institucionalidade democrática: papel do Estado e novas formas de articular representação e participação. Brasília: IPEA, 2010 (no prelo).

Resoluções do 12º Encontro do PT (2001). Fundação Perseu Abramo. Acessado em 26 de agosto/09. Site www.fpa.org.br

Resoluções do 13º Encontro do PT (2006). Fundação Perseu Abramo. Acessado em 26 de agosto/09. Site www.fpa.org.br

Resoluções do 2º Congresso do PT (1999). Fundação Perseu Abramo. Acessado em 26 de agosto/09. Site www.fpa.org.br

Resoluções do 3º Congresso PT, 30 de agosto a 2 de setembro de 2007, São Paulo, Brasil. – Porto Alegre: Partido dos Trabalhadores, 2007.

RIBEIRO, P. J. F. O PT sob uma perspectiva sartoriana: de partido anti-sistema a legitimador do sistema. Política & Sociedade, Florianópolis, nº; 3, p. 45-70, 2003. Acessado em 16 de outubro/2010.

_____. O PT, o Estado e a sociedade (1980-2005). In: ANGELO, V. A.; VILLA, M. A. O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

SAMUELS, David. Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997. Acessado em 25 de setembro/09: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300008&lng=&nrm=iso

_____. A democracia brasileira sob o governo Lula e o PT. In: ANGELO, V. A.; VILLA, M. A. O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

SCHMITT, Carl. Théorie de la constitution. Tradução de O. Beaud. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

SINGER, A. O PT – Folha explica. São Paulo: Publifolha, 2001.

URBINATI, N. O que torna a representação democrática? Lua Nova, 2006, no. 67, p.191-228.

VIANNA, L. W. O Estado Novo do PT. Disponível em Gramsci e o Brasil / La

Insignia, julho de 2007.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. Lua Nova, 2006, nº 67, p.139-190.